

DOSSIÊ “A Educação profissional e o Ensino Médio:
Olhares retrospectivos, circunspectivos e prospectivos”

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, JOVENS E ADULTOS: gêneros e sentidos da realização de cursos técnicos

*Professional education, Youth and Adults:
genres and meanings of taking technical courses*

*Educación Profesional, Jóvenes y Adultos:
géneros y sentidos de realizar cursos técnicos*

Lucília Regina de Souza Machado  [i](#)

RESUMO

O objeto da pesquisa relatada no presente texto se refere aos motivos, orientados por necessidades produzidas socialmente, que informam os sentidos conferidos por jovens e adultos à realização de cursos técnicos. A pesquisa se fundamentou no conceito de sentido pessoal de Alexei Leontiev em conformidade com a sua Teoria da Atividade, desenvolvida sobre a base da filosofia marxista e nos marcos da escola histórico-cultural inaugurada por Vigotski. A pesquisa realizada teve por objetivos comparar e analisar, à luz da diferenciação por gênero, os sentidos conferidos pelos estudantes, à realização de cursos técnicos. A coleta dos dados ocorreu em ambiente escolar por meio de respostas a 82 perguntas de um formulário *on-line* editado especialmente para esse fim. Apesar de apresentarem semelhantes condições socioeconômicas, os dados obtidos mostraram diferenças em suas respostas, que reforçam a hipótese de que a condição de gênero tem importância para a relação motivacional com cursos técnicos.

Palavras-chave: Gênero; Sentidos pessoais; Cursos técnicos; Teoria da Atividade.

ABSTRACT

The object of the research reported in this text refers to the reasons, guided by socially produced needs, which inform the meanings given by young people and adults to the completion of technical courses. The research was based on Alexei Leontiev's concept of personal meaning in accordance with his Theory of Activity, developed on the basis of Marxist philosophy and within the framework of the historical-cultural school inaugurated by Vygotsky. The purpose of the research carried out was to compare

and analyze, in the light of differentiation by gender, the meanings given by students to the completion of technical courses. Data collection took place in a school environment through answers to 82 questions on an online form edited especially for this purpose. Despite having similar socioeconomic conditions, the data obtained showed differences in their responses, which reinforce the hypothesis that gender is important for the motivational relationship with technical courses.

Keywords: Gender; Personal senses; Technical courses; Activity Theory.

RESUMEN

El objeto de la investigación relatada en este texto se refiere a las razones, guiadas por necesidades socialmente producidas, que informan los sentidos que jóvenes y adultos dan a la realización de cursos técnicos. La investigación se basó en el concepto de sentido personal de Alexei Leontiev de acuerdo con su Teoría de la Actividad, desarrollada sobre la base de la filosofía marxista y en el marco de la escuela histórico-cultural inaugurada por Vygotsky. La investigación realizada tuvo como propósito comparar y analizar, a la luz de la diferenciación por género, los sentidos que le otorgan los estudiantes a la realización de cursos técnicos. La recolección de datos ocurrió en un ambiente escolar a través de respuestas a 82 preguntas en un formulario en línea especialmente editado para este propósito. A pesar de tener condiciones socioeconómicas similares, los datos obtenidos mostraron diferencias en sus respuestas, lo que refuerza la hipótesis de que el género es importante para la relación motivacional con los cursos técnicos.

Palabras clave: Género; Sentidos personales; Cursos técnicos; Teoría de la actividad.

Introdução

A produção deste artigo decorreu da análise de parte de um conjunto de dados obtidos por uma pesquisa realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, com alunas e alunos de cursos técnicos subsequentes, oferecidos por uma instituição de ensino privada. Machado & Ferreira (2019) analisaram dados de matrículas na educação profissional e tecnológica registrados pelo Censo Escolar do INEP e sua relação com as políticas federais de gestão e financiamento do Brasil Profissionalizado e Pronatec e concluíram que esses dois programas foram os principais responsáveis, no período estudado por elas (2007-2018), pelos impactos na oferta dessa modalidade educacional.

A pesquisa relatada no presente artigo foi realizada em momento caracterizado por um afluxo significativo de interessados em aproveitar o estímulo da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino

Técnico e Emprego (Pronatec), lembrando que nas mensagens por ele disseminadas havia uma forte promessa de melhorias ocupacionais com a realização dos cursos.

O objetivo geral dessa pesquisa consistiu em apreender os sentidos conferidos pelos jovens e adultos estudantes à realização de cursos técnicos e se fundamentou no conceito de sentido pessoal em conformidade com a Teoria da Atividade de Alexei Leontiev (1983).

Para esse autor, toda atividade e, no caso em questão, a de realizar um curso técnico, é movida por necessidades produzidas socialmente, que orientam os motivos para sua efetivação, alegações que informam os sentidos pessoais atribuídos à atividade posta em prática. Sob esse prisma, o presente artigo buscou comparar e analisar, à luz da diferenciação por gênero, alguns dos resultados obtidos por essa pesquisa.

A coleta dos dados ocorreu em ambiente escolar por meio de respostas a 82 perguntas de um formulário *on-line* editado especialmente para esse fim. Foram obtidos 258 questionários válidos, assim distribuídos: 153 (59,3%) dos que se identificaram como do gênero masculino e 105 (40,7%) das que se declararam do gênero feminino.

Os respondentes receberam previamente uma mensagem convidando-os a participarem da pesquisa, foram informados de que essa havia obtido autorização da instituição para ser feita, do que consistiria a contribuição deles (preenchimento do formulário), do tempo que provavelmente levariam para fazer isso, da importância das informações fornecidas e suas finalidades, de que o anonimato e suas dignidades pessoais seriam preservados, de que não teriam nenhuma despesa com essa participação, de que não seriam remunerados por ela, dos procedimentos para o envio das respostas ao término da consulta e dos agradecimentos pela adesão de cada um e cada uma.

Dentre os problemas recorrentes na educação profissional e tecnológica brasileira, destaca-se o fenômeno da evasão escolar. Cunha e Lima Filho (2021) se debruçaram sobre trabalhos científicos, dissertações e teses publicados entre 2011 e 2021 sobre esse tema e seu cenário na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, para identificar seus fatores predominantes. Constataram que a compreensão e o enfrentamento desse problema extrapolam políticas de integração e assistenciais.

Nesse sentido, o de compreender a questão de forma mais ampla e profunda, coloca-se como de grande importância o desafio de assegurar aos estudantes a construção de sentidos pessoais na apropriação dos conteúdos integrantes das suas atividades de estudo. A propósito, e com a perspectiva de refletir sobre processos de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento humano e

a formação docente, inclusive com o resgate da contribuição de Leontiev, diversos autores brasileiros têm estudado o tema da construção de sentidos pessoais pelos estudantes, dentre os quais citam-se Asbahr (2005; 2014), Duarte (2004), Longarezi; Franco (2013), Mendonça (2011) e Rey (2007).

Para a pesquisa, de que trata o presente artigo, a retomada da temática dos sentidos pessoais na atividade de estudo de jovens e adultos, a partir do aporte teórico de Leontiev, se estriba na proposta da educação profissional e tecnológica emancipatória, o que requer, portanto, a perspectiva crítica da sociedade capitalista e a necessidade da superação da alienação do trabalhador e das desigualdades sociais, na qual se inscrevem as clivagens de gênero.

A categoria sentidos pessoais conforme a Teoria da Atividade

A Teoria da Atividade foi desenvolvida por Alexei Leontiev sobre a base da filosofia marxista e nos marcos da escola histórico-cultural inaugurada por Vigotski. Segundo Leontiev (1983, p. 82), o estudo é uma atividade humana específica e, como toda atividade humana: a) responde a determinada necessidade; b) desaparece ao ser satisfeita; c) se reproduz em novas situações; d) pode ocorrer em condições muito diferentes; e) envolve relações práticas vitais dos sujeitos com o mundo que os rodeia; f) se constitui como um sistema compreendido no sistema de relações na sociedade.

As necessidades humanas, segundo esse autor, estimulam a atividade de estudo dos indivíduos e a dirigem, mas apenas exercem essa influência se elas têm existência objetiva. O motivo real da atividade de estudo, que confere sua direção, se encontraria no objeto dessa atividade. Ou seja, o que se estuda. Esse objeto pode ser tanto externo ao sujeito como existir apenas na sua imaginação, na sua ideia. Em qualquer hipótese, o importante é a necessidade que ele responde. É por isso, que, para Leontiev (1983, p. 83), “o conceito de atividade está necessariamente relacionado com o conceito de motivo. A atividade não pode existir sem um motivo [...]”. Com isso, se compreende que “[...] as ações realizadoras da atividade são estimuladas por seu motivo [...]” (LEONTIEV, 1983, p. 84).

Leontiev (1983, p. 119) utiliza dois conceitos fundamentais para a compreensão da relação do sujeito com a atividade, e, na presente análise, a de estudo: a) a significação objetiva conscientizada da atividade, e b) o significado que esta tem para o sujeito ou o sentido pessoal que ela tem para ele. Segundo o autor, “[...] as significações na consciência individual são projeções mais ou menos completas e perfeitas das significações supraindividuais existentes na sociedade em questão” (LEONTIEV, 1983, p.120). Assim,

É indiferente que o sujeito conscientize ou não os motivos, que dão fé ou não esses de sua existência em forma de vivências de interesse, desejo ou gosto; sua função, tomada desde o ponto de vista da consciência, consiste em “valorar” em certo sentido a significação vital que tem para o sujeito as circunstâncias objetivas; e suas ações ante essas circunstâncias, lhe conferem um sentido pessoal que não coincide diretamente com a compreensão de sua significação objetiva. Ante condições determinadas, a não coincidência dos sentidos e as significações na consciência individual, pode dar-lhes um caráter verdadeiramente alheio e inclusive de mútua contraposição, entre os sentidos e as significações (LEONTIEV, 1983, p. 123).

Ele explica que as significações são fenômenos objetivos da consciência social, que refletem os objetos para os sujeitos de forma independente das relações que esses objetos possam ter com a vida deles, com suas necessidades e motivos (LEONTIEV, 1983, p.125). Assim, estudar ou submeter-se a formações de qualificação profissional podem ter diferentes significações sociais. Porém, cada sujeito poderá, além disso, atribuir sentidos próprios, pessoais, a essa atividade. Explica, ainda, o autor que:

Diferentemente das significações, os sentidos pessoais, tal como a trama sensitiva da consciência, não têm uma existência própria “supraindividual”, “não psicológica”. Se a sensibilidade externa relaciona na consciência do sujeito as significações com a realidade do mundo objetivo, o sentido pessoal as relaciona com a realidade da sua própria vida dentro desse mundo, com suas motivações. O sentido pessoal é também o que origina a parcialidade da consciência humana (LEONTIEV, 1983, p. 125).

Assim, para Leontiev (1983, p. 228), “[...] o motivo não deve ser entendido como a vivência da própria necessidade”. Para ele, o motivo é aquela coisa objetiva dentro da qual a necessidade se realiza. No caso da atividade do estudo, trata-se do objeto que sendo estudado e apreendido realiza a necessidade do estudante, que confere a diretriz da sua atividade de formação e que a conduz para o resultado que ele deseja. Cabe, assim, aos professores e todos os que se preocupam com o sucesso da aluna e do aluno penetrar na esfera motivacional, pois é ela que, segundo Leontiev (1983, p. 244), “[...] determina qualitativamente os interesses desde o ponto de vista de seu sentido interno”.

Significações sociais sobre a condição de gênero masculino / feminino

Os gêneros são uma construção complexa, que se refere à organização social das relações entre os sexos. Configuram-se como uma relação dialética em que se negam um ao outro, mas só existem nessa negação. Assim, um não

pode ser entendido sem se recorrer ao outro, pois um produz o outro e por esse é produzido. A negatividade (um não é o outro) se mantém como parte intrínseca e fundamental dessa dinâmica relacional. Isso quer dizer que o masculino é o não-feminino e o feminino é o não-masculino e só há o masculino se houver o feminino e vice-versa.

Gênero é, assim, uma categoria analítica sobre um determinado tipo de relações sociais que, nas sociedades de classe, são predominantemente assimétricas e hierárquicas. Cada gênero se define por atributos ou significados socialmente produzidos. As características do masculino e do feminino ou as identidades de gênero são construídas socialmente a partir de valorizações e representações. As identidades do masculino e do feminino se constroem cotidianamente na esfera do social em diferentes contextos históricos. Elas são construídas nessa esfera conforme se realizam a valorização e a representação das características sexuais.

Os gêneros resultam de modelos de produção e reprodução de práticas sociais e de socialização, que foram desenvolvidos ao longo de um tempo biológico, que diz respeito à filogênese ou à evolução da espécie humana; de um tempo histórico referido à sociogênese ou à evolução das sociedades, e de um tempo relativo à ontogênese ou ao processo evolutivo pelo qual passa cada indivíduo em particular.

São processos que, em última instância, tem sua determinação na produção e reprodução da vida material e que, nas sociedades de classe, se realizam pela mediação institucionalizada do patriarcado,

[...] uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres¹ estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.50).

As autoras lembram que Lobo (1992) e Rowbotham (1984) teceram críticas ao uso do conceito de patriarcado alegando que ele teria conotação a-histórica, universal e totalizante; que Castro e Lavinias (1992) salientaram suas origens em Weber, que o utilizou na sua descrição do tipo de dominação

1 O presente artigo se refere à categoria gênero, porém, em suas referências, há produções que se referem a relações sociais de sexo.

sustentado na tradição e referido a formas sociais simples e a comunidades domésticas, portanto, não correspondentes à modernidade.

Narvaz e Koller (2006) esclarecem, entretanto, que Pateman (1993) se refere à existência de um patriarcado moderno e estruturante da sociedade capitalista e Machado (2000) à vigência de um patriarcado contemporâneo, a despeito das mudanças na instituição família e nas relações entre os sexos. Seriam configurações que se apóiam na premissa de um suposto poder natural dos homens sobre as mulheres, seja na esfera privada quanto pública, abrangendo diferentes aspectos da vida em sociedade.

As autoras lembram, ainda, a abordagem de Scott (1995), para a qual tal dominação precisa ser considerada no contexto de complexos formados pelas diferentes articulações entre gênero, classe social e etnia. Nesse sentido, seria fundamental considerar as diferenças dentro das diferenças em decorrência das variadas formas como essas três condições (gênero, classe social e etnia) se relacionam no contexto da produção das desigualdades e discriminações.

Na ontogênese, há outro aspecto a considerar que diz respeito ao como cada indivíduo se torna sujeito, como ocorre sua subjetivação masculina ou feminina, como ele se constrói com relação a essa clivagem, como se produz sua subjetividade na condição de gênero. Isso implica considerar práticas e vivências de situações favoráveis ou limitadoras da liberdade de cada um de se constituir como gênero humano a despeito das diferenças de sexo.

Esse processo de subjetivação se faz no contato com outros sujeitos, do gênero masculino ou feminino, adquire formas mais ou menos conflituais, comporta graus variáveis de autonomia e conta com a mediação de instituições como família, escola, igreja, mídia, empresa etc.

Nas sociedades de classe, o gênero feminino tem sido subjetivado por meio do assentimento e da adesão pessoal a vivências carregadas de limitações e tensões. Nesse sentido, expressa as dominações e alienações vividas em autoimagens incompletas e distorcidas com relação a qualidades e potencialidades humanas.

Contudo, as contradições sociais existentes são as parceiras das transformações qualitativas: de dentro da situação de negatividade, pela força da necessidade e pelo seu processo de desenvolvimento interno, condições são criadas como premissas para a superação das adversidades e das amarras que impedem a expressão da positividade de cada um, independentemente do gênero ao qual se identifica.

Trabalhos “femininos” x trabalhos “masculinos”

A divisão do trabalho por gênero se estabelece tomando por base o pressuposto de que determinadas ocupações e profissões seriam mais adequadas a um ou a outro gênero por razões de ordem biológica uma vez que diferenças qualitativas de habilidades, aptidões e, inclusive, de emoções, estariam inscritas naturalmente nos corpos, seriam inatas.

Fundamentados nessa perspectiva essencialista, estereótipos sexistas ainda têm sido utilizados para designar o que é trabalho feminino ou masculino e justificar diferenças e desigualdades de gênero. Por exemplo, quando se diz que mulheres teriam mais dificuldades nas tarefas que demandam raciocínio lógico e matemático ou que, por conta do instinto maternal, seriam naturalmente propícias às profissões e ocupações que demandam a delicadeza, paciência e a atenção no cuidado de pessoas doentes ou idosas ou na educação das crianças. Sob o mesmo pretexto da naturalização dos dons, elas seriam imbatíveis em destreza com as mãos. É interessante observar que trabalhos tidos como femininos também são considerados, sistematicamente, menos qualificados.

Associadas com padrões comportamentais considerados típicos da mão-de-obra feminina como paciência, perspicácia, fidelidade, maior aceitação de trabalhos enfadonhos e resistência à monotonia, que resultam em maior docilidade à dominação do capital, aquelas qualificações tácitas, preciosas para o empregador, mas desvalorizadas socialmente, asseguram uma superexploração da mão-de-obra feminina. (HOLZMANN, 2000, p. 262).

Entretanto, a elevação da escolaridade e o acesso ao conhecimento científico e técnico têm sido fatores importantes para a incorporação das mulheres ao mundo do trabalho em ocupações e profissões mais qualificadas, e inclusive, naquelas consideradas tradicionalmente masculinas. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1999; BRUSCHINI, 2007).

Trata-se de um processo que não rompe necessariamente com a lógica produtora das desvantagens femininas e que tem suas especificidades com relação ao que ocorreu no século XIX quando a mecanização da produção industrial foi fator determinante para a incorporação de mulheres, e inclusive de crianças, ao trabalho fabril:

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista

da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. (MARX, 1984, p.23).

De lá para cá, a incorporação das mulheres em atividades consideradas como redutos ou enclaves masculinos tem crescido, ainda que com limitações e constrangimentos. Lombardi (2006, p. 200) constatou, por exemplo, que “[...] o padrão de inserção das engenheiras no mercado de trabalho se assemelha ao padrão de todas as trabalhadoras, sendo marcado por segregação horizontal (áreas de trabalho) e vertical (ascensão hierárquica)”.

Nesses espaços ainda é comum encontrar a prática dos estereótipos sexistas, preconceitos, discriminações, hostilidades, assédio moral e sexual, e desconsideração com respeito à existência de instalações sanitárias próprias ou adequadas às necessidades de gênero.

Assim, é possível verificar com certa frequência a tendência de se reproduzir o que tradicionalmente se considera papel e função femininos no ambiente de trabalho. Também persistem as diferenças negativas em rendimentos e em oportunidades de desenvolvimento profissional. Sobre as disparidades de renda, o documento *Education at a Glance 2015*, da OECD, é taxativo:

Homens e mulheres com nível de escolaridade semelhante encaram elevadas disparidades de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro. A renda média de uma mulher com educação superior representa apenas 62% da renda média de um homem com o mesmo nível de escolaridade. Essa é, juntamente com o Chile, a maior diferença salarial de gênero entre todos os países e parceiros da OCDE com dados disponíveis. De fato, ao passo que 72% de homens com ensino superior ganham mais que duas vezes a média de renda nacional, o mesmo é verdadeiro para apenas 51% das mulheres com ensino superior. A desigualdade de renda entre gêneros é igualmente grande entre homens e mulheres cujo nível mais alto de escolaridade é ensino médio regular ou educação profissional. (OECD, 2015, p. 3).

Ou seja, o Brasil estava em último lugar em desigualdade de renda entre gêneros na comparação entre 46 países realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD).

Verificou-se também maior vulnerabilidade feminina com relação à flexibilidade salarial (decorrente de desregulações do mercado de trabalho), de emprego (contratações em tempo parcial, temporária, subcontratação, em domicílio) e funcional (utilização de sua força de trabalho para variadas tarefas).

Há que se registrar a vulnerabilidade feminina com relação a desempregos de maior duração e ao assalariamento disfarçado em trabalho por conta-própria, dependente da constituição de pessoa jurídica ou da associação a cooperativas. São fragilidades que se acentuaram com a adoção das políticas de racionalização impostas pela reestruturação produtiva. Segundo Kon (2002, p. 99-100):

Uma nova visão foi introduzida, de “feminização global através do trabalho flexível” (Standing, 1989), em que foi apresentada uma análise das tendências unificadas tanto de países mais avançados como em desenvolvimento, em que a feminização era parte de uma estratégia direta do empregador, para diminuir salários e aumentar o controle sobre mercados de trabalho internos (às empresas) e externos. Essa estratégia de feminização se apoiava na situação de marginalização da mulher no mercado de trabalho, bem como nas suposições da “docilidade” e “domesticidade” da mulher, o que facilitaria as relações de trabalho.

Por outro lado, a feminização como execução de atividade em que há predominância da participação masculina confere aos indivíduos do gênero feminino a contingência de passar grande parte do tempo pessoal em ambiente que lhes é pouco habitual e chances limitadas de relacionamento com pessoas da mesma identidade.

Apesar das conquistas sociais quanto a legislações, o gênero feminino vive, na vida prática, situações de embaraços e de desvantagem no mundo do trabalho, especialmente no mercado de trabalho formal e em ocupações consideradas masculinas. São limitações com relação a respeito pessoal, autonomia, oportunidades de desenvolvimento profissional, remuneração e reconhecimento social.

Mesmo assim, há aquelas que decidem se lançar em espaços de trabalho considerados culturalmente não apropriados à sua condição de gênero, onde esse enfrentamento pode se revelar mais desafiador, especialmente quando a decisão envolve ocupações técnicas e científicas.

São inovações que se revelam como um misto de moderno e tradicional, de afirmações subjetivas e persistência de barreiras, que representam expectativas e desafios significativos, especialmente com relação à conquista do equilíbrio, ainda que instável, entre vida profissional e vida pessoal.

Os cursos técnicos que estavam sendo realizados pelos participantes da pesquisa

Os 258 participantes da pesquisa estavam distribuídos por nove cursos, cinco dos quais (Automação Industrial, Eletroeletrônica, Eletromecânica, Eletrônica e Mecatrônica) pertencem ao eixo tecnológico denominado Controle e Processos Industriais. Dois cursos eram do eixo tecnológico Infraestrutura: Desenho de Construção Civil e Edificações. Os dois restantes eram: Informática, do eixo tecnológico Informação e Comunicação, e Design de Interiores, do eixo tecnológico Produção Cultural e Design.²

A tabela abaixo traz dados nacionais, discriminados por gênero, relativos à matrícula em cursos técnicos subsequentes e concomitantes³ por eixos tecnológicos.

Tabela 1 - Matrículas nacionais em cursos técnicos subsequentes e concomitantes por eixo tecnológico e gênero. Brasil. Novembro de 2015.

Eixo Tecnológico	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Ambiente e Saúde	50668	20,0	202104	80,0	252772	100,0
Controle e Processos Industriais	129857	79,7	33050	20,3	162907	100,0
Desenvolvimento Educacional e Social	1778	20,6	6838	79,4	8616	100,0
Gestão e Negócios	59439	37,3	99771	62,7	159210	100,0
Informação e Comunicação	109682	60,2	72581	39,8	182263	100,0
Infraestrutura	22009	54,9	18070	45,1	40079	100,0
Militar	7	35,0	13	65,0	20	100,0
Produção Alimentícia	2442	24,0	7729	76,0	10171	100,0
Produção Cultural e Design	9863	30,5	22424	69,5	32287	100,0
Produção Industrial	15069	39,8	22809	60,2	37878	100,0
Recursos Naturais	7710	46,0	9065	54,0	16775	100,0
Segurança	43889	38,6	69807	61,4	113696	100,0
Turismo, Hospitalidade e Lazer	9435	28,0	24268	72,0	33703	100,0
Total	461848	44,0	588529	56,0	1050377	100,0

Fonte: Consolidação de dados desagregados originários do Sistec – MEC.

² Descrição sobre as características gerais desses eixos tecnológicos e cursos podem ser encontradas no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – MEC/Setec, disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso: 1º mar. 2023.

³ Essa tabela não traz, portanto, os dados referentes à matrícula em cursos técnicos quando integrados ao ensino médio propedêutico.

Em primeiro lugar, vê-se que, no total geral, o gênero feminino ocupava a maioria, pequena, mas digna de nota, das matrículas (56,0%) nos cursos técnicos. Constata-se, por outro lado, que dos eixos tecnológicos dos cursos nos quais os participantes da pesquisa se encontravam, excetuando-se o de Produção Cultural e Design, que registra 69,5% de alunado feminino em nível nacional, nos outros três, ele é minoria: Controle e Processos Industriais (20,3%), Informação e Comunicação (39,8%), Infraestrutura (45,1%).

A consolidação dos dados nacionais das matrículas por gênero em cursos que integraram a pesquisa realizada permitiu que se chegasse aos resultados abaixo:

Tabela 2 - Matrículas nacionais em cursos técnicos subsequentes e concomitantes por gênero. Brasil. Novembro de 2015.

Cursos técnicos	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Mecatrônica	9102	85,5	1928	17,5	11030	100,0
Eletromecânica	13687	80,9	3238	19,1	16925	100,0
Eletrônica	11905	80,8	2836	19,2	14741	100,0
Automação industrial	14363	76,1	4520	23,9	18883	100,0
Eletroeletrônica	7191	75,0	2403	25,0	9594	100,0
Edificações	17623	55,8	13941	44,2	31564	100,0
Informática	51078	54,2	43144	45,8	94222	100,0
Design de interiores	1951	20,2	7705	79,8	9656	100,0
Desenho de construção civil	2754	49,2	2840	50,8	5594	100,0

Fonte: Consolidação de dados desagregados originários do Sistec – MEC.

Eles informam a predominância masculina nas matrículas nacionais em alguns desses cursos técnicos. Essa predominância se revelou muito forte em Mecatrônica, Eletromecânica, Eletrônica, Automação Industrial e Eletroeletrônica. Percebeu-se uma pequena predominância masculina em Edificações e Informática. A tabela 2 mostra, também, um equilíbrio das matrículas por gênero nos cursos em Desenho de Construção Civil e a expressiva predominância feminina nos cursos em Design de Interiores.

Os dados das matrículas em cursos técnicos⁴ por gênero, concernentes aos que participaram da pesquisa, são apresentados na Tabela 3. Nesta tabela pode-se observar que a clivagem das matrículas por gênero, constatada em nível nacional, se repetiu, salvo nuances a considerar no interior do grupo participante da pesquisa. Nota-se que, nesse caso, o percentual da participação feminina nos cursos em Automação Industrial, Eletrônica, Eletroeletrônica, Mecatrônica e Eletromecânica era menor ao ser comparado com os resultados nacionais.

4 Observar que os cursos em questão são apenas os da alternativa subsequente.

Observa-se que, em nível nacional e no grupo dos participantes da pesquisa, a distribuição percentual por gêneros em Informática era a mesma. Porém, no caso desses últimos, os percentuais de participação feminina nos cursos em Design de Interiores e Desenho de Construção Civil apresentavam-se bem maiores do que os obtidos para o país. Constatou-se também uma pequena maioria feminina no curso em Edificações, conforme ilustra a tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Matrículas nos cursos técnicos subsequentes por gênero. Participantes da pesquisa. 2015

Cursos técnicos	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Automação Industrial	23	85,2	4	14,8	27	100,0
Eletrônica	22	84,6	4	15,4	26	100,0
Eletroeletrônica	10	83,3	2	16,7	12	100,0
Mecatrônica	33	82,5	7	17,5	40	100,0
Eletromecânica	18	81,8	4	18,2	22	100,0
Informática	14	53,8	12	46,2	26	100,0
Design de Interiores	3	10,0	27	90,0	30	100,0
Desenho de Construção Civil	3	15,8	16	84,2	19	100,0
Edificações	27	48,2	29	51,8	56	100,0
Total	153	59,3	105	40,7	258	100,0

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa realizada.

A tabela 3 permite, ainda, identificar dois subgrupos no interior do grupo feminino, composto por 105 respondentes. O primeiro (31,4%) corresponde a 33 estudantes que se encontravam nos cursos com predominância masculina: Automação Industrial, Eletroeletrônica, Eletromecânica, Eletrônica, Informática e Mecatrônica. O segundo (68,6%), a 72 que estavam nos cursos com predominância feminina: Desenho de Construção Civil, Design de Interiores e Edificações.

Motivos e sentidos da realização dos cursos técnicos por gênero

Perguntados se o curso que estavam fazendo era o curso técnico dos sonhos pessoais, percebeu-se uma diferença importante nas respostas dos dois grupos: em ambos, houve maior incidência afirmativa, mas essa apareceu mais elevada dentre o gênero feminino, 61,5% contra 52,7% das respostas masculinas. É importante registrar, por outro lado, que parcelas importantes do grupo masculino (47,3%) e do grupo feminino (38,5%) não se encontravam fazendo cursos técnicos que mais desejariam fazer.

Sobre se dispunham de informações precisas a respeito do curso quando nele se matricularam, encontrou-se no grupo feminino um percentual um pouco

mais alto (18,3%) de respostas 'não eram nada precisas' e 'não tinha informações sobre o curso'. No grupo masculino, esse percentual chegou a 13,1%. Seriam indícios de que haveria, nesse último, um maior número de familiarizados com o que os cursos tratam ou com em que o diplomado pode trabalhar?

Nem tanto. Isso se confirmou nas respostas à pergunta sobre o volume de informações que pensavam ter sobre as atividades de trabalho para as quais forma o curso que estavam fazendo: apenas 7,8% no grupo masculino e somente 9,5% no feminino afirmaram que 'tem poucas informações e conhecimentos' e 'não tem nenhuma informação ou conhecimento'.

Sobre as informações que tem buscado a respeito do profissional técnico formado em cursos com o mesmo nome daquele que estavam fazendo, o grupo feminino (25,7%) se distinguiu bem do masculino com relação à alternativa de resposta 'perspectivas de desenvolvimento profissional' (13,1%). Essa diferença indica, provavelmente, que essa dúvida não fosse tão significativa para o grupo masculino. Por outro lado, esse grupo apresentou um percentual um pouco mais alto (16,3%) na alternativa de resposta 'salários médios' contra os 11,4% encontrados no grupo feminino.

Em contrapartida, no grupo feminino, está o percentual mais alto (81,7%) dos que afirmaram conversar sobre o curso com pessoas externas a ele frequentemente ou muito frequentemente. Isso vem sendo feito com essa intensidade por 62,6% do grupo masculino.

Dentre os motivos alegados para realizar o curso que estão fazendo, os coincidentes com o objeto da atividade (que, nesse caso, é o estudo), ou seja, com o conteúdo da aprendizagem, foram os menos apontados por ambos os grupos, sendo que o índice menor (32,2%) foi encontrado no grupo feminino contra 41,2% das respostas masculinas.

Em contraposição, o grupo feminino foi o que apresentou um percentual mais alto das justificativas da realização do curso por motivos de ordem externa, os ligados aos possíveis ganhos que o exercício de atividades no campo dessa formação poderá propiciar. Mais de dois terços (67,8%) assim se pronunciaram contra 58,8% das respostas masculinas.

Compreendem-se tais resultados quando se constata a situação de trabalho de ambos os grupos: a maior parte não estava trabalhando, procurava emprego ou não estava trabalhando e dedicava-se só aos estudos. Correlativamente com os dados acima, é importante dizer que nessas situações encontravam-se 63,9% do grupo feminino e, 55,6% do masculino.

Quando se busca a informação sobre a participação dos pesquisados na economia familiar, o dado encontrado mostra o alto nível de dependência pessoal das integrantes do grupo feminino: 74,0% afirmaram ser sustentadas pela família ou por outras pessoas ou que recebiam ajuda financeira deles mesmo tendo alguma atividade de trabalho. Nessa situação, estavam 57,9% do grupo masculino.

Os dados sobre renda pessoal também confirmam o que está por traz da alta incidência, em ambos os grupos, dos motivos externos ao curso para sua realização: 63,8% do grupo feminino não contavam com nenhuma renda pessoal. A proporção no grupo masculino nessa condição chegou a 54,0%.

Foram apresentadas aos participantes da pesquisa várias alternativas de resposta sobre o que os movia à realização dos cursos que estavam fazendo. No formulário, as respostas mais próximas a motivos internos ou externos ao curso foram distribuídas aleatoriamente. Percebeu-se que os grupos, masculino e feminino, convergiram com relação a alguns motivos e se distanciaram em relação a outros, como pode ser conferido na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4. Motivos coincidentes com o objeto da atividade (o curso em si)

Motivos coincidentes com o curso em si, com o que se aprende nele	Masculino %	Feminino %
Ter novas ideias sobre o que posso fazer	6,3	6,0
Descobrir como as coisas funcionam	12,9	7,4
Utilizar tecnologias mais avançadas	11,1	13,4
Melhor compreensão sobre o mundo do trabalho	5,7	9,4
Aumentar minha capacidade de iniciativa	7,8	6,0
Ser mais capaz de resolver problemas	8,1	6,0
Melhorar minha capacidade de trabalhar em grupo	7,2	7,4
Ser uma pessoa melhor	2,1	1,3
Melhorar minha capacidade de julgar criticamente	3,6	3,3
Aumentar minha autoestima	3,6	5,4
Conhecer pessoas interessantes	4,8	4,0
Conseguir os conhecimentos que gostaria de ter	17,7	22,8
Ser mais autoconfiante	7,2	6,0
Ser mais consciente da realidade social e política	2,1	1,3
Total	100,0	100,0

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa.

Dentre os motivos coincidentes com o objeto da atividade (o curso em si), o grupo masculino apresentou os seguintes percentuais de resposta mais altos: 'conseguir os conhecimentos que gostaria de ter' (17,7%), 'descobrir como as coisas funcionam' (12,9%) e 'utilizar tecnologias mais avançadas' (11,1%).

O grupo feminino também colocou em primeiro lugar a alternativa 'conseguir os conhecimentos que gostaria de ter', mas com maior peso (22,8%),

destacou (mas em segundo lugar e com maior peso) também a resposta ‘utilizar tecnologias mais avançadas’ (13,4%) e deu o terceiro lugar para ‘melhor compreensão do mundo do trabalho’ (9,4%), alternativa que para o grupo masculino chegou a apenas 5,7% das escolhas.

Quando comparados, os dois subgrupos femininos mostraram um perfil de respostas um pouco diferente em relação a esses motivos internos ao curso. O subgrupo das que realizavam cursos com predominância masculina apresentou percentuais maiores em relação àquele que realiza cursos com predominância feminina nas seguintes respostas: ‘utilizar tecnologias mais avançadas’, ‘descobrir como as coisas funcionam’, ‘ser capaz de resolver problemas’, ‘aumentar minha autoestima’ e ‘conhecer pessoas interessantes’.

Inversamente, o subgrupo das que realizavam cursos com predominância feminina apresentou percentuais mais altos comparativamente ao outro nas respostas: ‘melhor compreensão sobre o mundo do trabalho’, ‘aumentar minha capacidade de iniciativa’, ‘melhorar minha capacidade de trabalhar em grupo’, ‘ser uma pessoa melhor’ e ‘melhorar minha capacidade de julgar criticamente’.

A Tabela 5, a seguir, apresenta os percentuais por gênero referentes aos motivos extrínsecos ao curso.

Tabela 5. Motivos de ordem externa ou extrínsecos ao curso

Motivos externos ao curso	Masculino	Feminino
	%	%
Aumentar minha credibilidade como profissional	18,4	17,2
Melhorar minha renda	15,7	14,3
Melhorar minha posição no mercado de trabalho	13,4	11,8
Entrar mais facilmente no ensino superior	10,5	10,2
Melhorar meu desempenho no trabalho	11,5	9,9
Ter condições de trabalhar de forma autônoma	10,1	11,1
Mais liberdade de trabalhar no que quero	7,5	12,4
Possibilidade de exercer funções diferentes	5,7	7,3
Melhorar minha posição na empresa em que trabalho	3,3	2,2
Aumentar meu prestígio com as pessoas	2,3	2,2
Melhorar meus relacionamentos pessoais	1,5	1,3
Total	100,0	100,0

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa.

A tabela 5 mostra que os grupos, masculino e feminino, coincidiram nos percentuais mais altos com relação aos motivos extrínsecos ao curso: em primeiro lugar nas incidências, ‘aumentar minha credibilidade como profissional’ e, em segundo lugar, ‘melhorar minha renda’. Tais motivos tiveram percentuais um pouco mais altos no grupo masculino.

Contudo, houve discrepância entre eles com relação ao terceiro lugar em incidência das justificativas de ordem externa. Enquanto o grupo masculino deu mais ênfase à resposta 'melhorar minha posição no mercado de trabalho', o grupo feminino o fez indicando a alternativa 'mais liberdade de trabalhar no que quero'.

Quando comparados, os dois subgrupos femininos mostraram também um perfil de respostas um pouco diferente em relação a esses motivos extrínsecos ao curso. O subgrupo das que realizavam cursos com predominância masculina apresentou percentuais maiores em relação àquele que realiza cursos com predominância feminina nas seguintes respostas: 'aumentar minha credibilidade como profissional', 'melhorar minha renda', 'possibilidade de exercer funções diferentes' e 'melhorar minha posição na empresa em que trabalho'.

Inversamente, o subgrupo das que realizavam cursos com predominância feminina apresentou percentuais mais altos comparativamente ao outro nas respostas: 'aumentar meu prestígio com as pessoas', 'melhorar minha posição no mercado de trabalho', 'entrar mais facilmente no ensino superior', 'melhorar meu desempenho no trabalho', 'ter condições de trabalhar de forma autônoma' e 'mais liberdade de trabalhar no que quero'.

Algumas informações adicionais de base material são importantes para a compreensão e discussão dos perfis de resposta acima apresentados com relação a motivos e sentidos da realização de cursos técnicos.

Os participantes da pesquisa foram perguntados se já trabalhavam na área do curso técnico que estavam fazendo. É importante informar que enquanto 11,1% dos estudantes do gênero masculino responderam afirmativamente, 97,0% do grupo feminino não apresentavam essa condição de inserção ocupacional, o que pode representar uma desvantagem digna de nota.

Quando perguntados se já haviam trabalhado na área do curso técnico que estavam fazendo, a situação mais favorável do grupo masculino se destacou ainda mais, pois 19,6% responderam que sim enquanto que no grupo feminino isso foi afirmado por apenas 4,8% das respondentes.

Ambos os grupos manifestaram um grande desejo de trabalhar ou de continuar a fazê-lo na área do curso técnico que estavam realizando. Mas, foi no grupo feminino que o percentual de respostas para desejo 'muito alto' se revelou maior: chegou a 65,4% contra os 57,5% encontrados no grupo masculino.

Entretanto, a proporção de resposta ‘negativa’ para a pergunta sobre desejo de continuar os estudos na área do curso técnico que estava fazendo era maior dentre as participantes do grupo feminino: chegou a 11,5% contra os 6,7% dos respondentes masculinos.

Foi também maior a incidência, no grupo feminino, das respostas ‘um pouco’ e ‘não’ (53,9%) dadas à pergunta sobre se o curso que estavam fazendo havia correspondido às necessidades formativas pessoais. No grupo masculino, 46,4% assim a responderam.

A comparação das respostas dos participantes possibilitada pela tabela 6, abaixo, também é muito instigante para as reflexões propostas neste artigo.

Tabela 6. O que é mais importante para ser bem-sucedido(a) numa carreira profissional

O que é mais importante	Masculino %	Feminino %
Estudar muito	58,9	70,4
Conhecer as pessoas certas	17,2	7,6
Trabalhar muito	15,3	13,3
Dedicação	1,3	5,7
Ter sorte	3,4	1,0
Gostar do que faz	1,3	1,0
Ter competência	1,3	1,0
Ter dinheiro	1,3	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa.

Como se vê, 70,4% das que se identificaram como do gênero feminino responderam que ‘estudar muito’ é o meio mais importante para o sucesso numa carreira profissional. Um índice menor (58,9%) dos respondentes masculinos escolheu essa alternativa. Por outro lado, eles se distinguiram do grupo feminino por terem alcançado uma proporção de 17,2% (contra 7,6%) na indicação, para atingir esse objetivo, da estratégia ‘conhecer as pessoas certas’.

Considerações Finais

Ainda que devam ser consideradas as condições socioeconômicas comuns aos participantes da pesquisa, caracterizadas pela predominância da situação precária de trabalho e renda e de serem beneficiários de bolsa, algumas diferenças observadas nas respostas obtidas sugerem particularidades de gênero com relação aos sentidos pessoais para a realização de cursos técnicos.

Cumpra observar que particularidades internas ao gênero feminino também foram registradas nas comparações entre os subgrupos conforme realização de cursos com predominância masculina ou feminina.

Os dados encontrados permitem conjecturar que a diversidade de gênero teve importância na relação motivacional dos sujeitos pesquisados com os cursos.

Percentuais maiores foram encontrados no grupo feminino com relação a motivos extrínsecos ao curso para sua realização. Compreende-se tal tendência quando se constata que as participantes desse gênero também apresentaram percentuais maiores em: 'não está trabalhando, procura emprego', 'está trabalhando e dedica-se só aos estudos', sem renda pessoal e dependência de familiares ou outras pessoas para se sustentar.

As participantes do grupo feminino também apresentaram potencialmente mais dificuldades para a inserção profissional na área do curso em que estavam realizando: em 'não trabalha na área do curso técnico que está fazendo' e em 'nunca trabalhou nessa área', os percentuais desse grupo também se apresentaram mais altos.

Contudo, também foram mais altos seus percentuais com relação ao desejo 'grande' de trabalhar ou de continuar a fazê-lo na área do curso técnico em realização. Isso também se verificou com relação à busca de informações sobre 'perspectivas de desenvolvimento profissional' e a 'conversar sobre o curso com pessoas externas'.

Porém, no grupo feminino houve maior incidência com relação a não ter desejo de continuar os estudos na área do curso técnico que estava fazendo e quanto à avaliação de que ele não estava correspondendo às necessidades formativas pessoais. Mas elas admitiram, com percentual mais elevado, que estudar muito é o meio mais importante para o sucesso numa carreira profissional.

Quando se verificaram as respostas relativas a motivos intrínsecos ao curso, observou-se que foi no grupo feminino que foram encontrados os percentuais mais altos com relação a 'obter melhor compreensão do mundo do trabalho' e a 'ter mais liberdade de trabalhar'.

Notou-se ainda que o subgrupo das que realizavam cursos com predominância feminina apresentaram percentuais mais altos para as justificativas: 'obter melhor compreensão sobre o mundo do trabalho', 'aumentar minha capacidade de iniciativa', 'melhorar minha capacidade de trabalhar em grupo', 'ser uma pessoa melhor' e 'melhorar minha capacidade de julgar criticamente'.

Mas, também foi nesse subgrupo feminino, das que realizavam cursos com predominância feminina, que foram observados percentuais mais altos para os motivos: 'aumentar meu prestígio com as pessoas', 'melhorar minha posição no mercado de trabalho', 'entrar mais facilmente no ensino superior', 'melhorar meu desempenho no trabalho', 'ter condições de trabalhar de forma autônoma' e 'mais liberdade de trabalhar no que quero'.

É importante dizer que os sentidos atribuídos pelos participantes da pesquisa, quaisquer que sejam os gêneros ou as diferenças internas a eles, não são produzidos independentemente das vidas das pessoas. Leontiev (1983), em quem se fundamentou a pesquisa realizada, argumenta que os motivos e interesses humanos não são dados *a priori*, são históricos e sociais, são desenvolvidos a partir das condições de vida.

Não se trata de um produto de um destino biológico, mas antes construções sociais. As relações sociais entre os gêneros têm uma base material e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre eles. Se elas têm uma base material, a mudança não se faz espontaneamente, precisa ocorrer em conexão com alterações nas condições concretas da existência.

Não se trata de uma divisão do trabalho como simples complementaridade de tarefas. Ela advém de uma relação de poder, de supremacia da parte masculina sobre a feminina, de uma sistemática atribuição de primazias ao gênero masculino para a ocupação de espaços na esfera produtiva e nas funções com valor social agregado.

A ideia de que há trabalhos masculinos e trabalhos femininos segue um princípio de hierarquização que diz que os primeiros valem mais, validado nas práticas sociais por um processo de legitimação orientado por compreensão essencialista, que naturaliza essa clivagem.

Os motivos e sentidos pessoais expressos pelos participantes da pesquisa foram e são construídos socialmente e desde o nascimento deles, numa dinâmica de longa duração e profundo enraizamento. Falar desse processo de construção de significados sociais vai mais além do que dizer simplesmente que há discriminações, desigualdades e opressões envolvendo os gêneros.

Significa articular a descrição que se faz dessas situações com a reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade e o capital utilizam a diferenciação entre gêneros para realizar hierarquizações e delas retirar proveitos em favor de uma determinada ordem social ou da acumulação capitalista.

Significa considerar os gêneros como uma unidade de diferentes elementos associados à filogênese, à sociogênese e à ontogênese, que pelo seu

caráter histórico e pela combinação desses elementos, apresenta configurações variadas, não comportando uma leitura linear nem determinista.

Isso requer buscar as articulações dialéticas entre objetividade e subjetividade. Para tanto, a pesquisa e a reflexão sobre e a partir dos sentidos pessoais, tal como propõe Leontiev (1983), são de fundamental importância. Espera-se que este artigo tenha contribuído nessa direção.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. (2005). A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 108-118, maio-jun-jul-ago. 2005.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 265-272, maio-ago. 2014.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, dez. 2007.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, n. 1 e 2, p. 9-24, 1999.

CALVE, Tiago Morales; ROSSLER, João Henrique; SILVA, Graziela Lucchesi Rosa da. A aprendizagem escolar e o sentido pessoal na Psicologia de A. N. Leontiev. **Psicol. Esc. Educ.**, São Paulo, v. 19, n. 3, dez. 2015.

CUNHA, Fabrício Willian da; LIMA FILHO, Adalberon Moreira de. Revisão bibliográfica das pesquisas sobre evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 2, n. 26, p. 56-68, dez. 2021.

DUARTE, Newton. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 44-64, abr. 2004.

HOLZMANN, Lorena. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 258-273, jul./dez. 2000.

KON, Anita. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 89-106, jul./set. 2002.

LEONTIEV, Alexis N. Actividad, conciencia, personalidad. **La Habana: Editorial Pueblo y Educación**, 1989.

LOBO, Elisabeth Sousa. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. (Eds.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**, 1992, p. 252-265.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 173-202, jan./abr. 2006.

LONGAREZI, Andréa M.; FRANCO, Patrícia L. Jorge. Educação escolar enquanto unidade significado social/sentido pessoal. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 1, p. 92-109, 2013.

MACHADO, Célia Tanajura; FERREIRA, Liliana Soares. Políticas de gestão e financiamento da educação profissional e tecnológica no Brasil: uma análise das matrículas no Censo Escolar/INEP e a sua relação com os programas Brasil Profissionalizado e Pronatec. **Plurais**, Salvador, v.4, n. 3, p. 93-113, set./dez. 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia. **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência, Brasília, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural. v. 1, t.2, 1984.

MENDONÇA, Sueli G. de Lima. A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 341-357, dez. 2011.

NARVAZ, Marta G.; KOLLER, Sílvia H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 18, n. 1, p. 49-55, jan/abr. 2006.

OECD. **Education at a Glance: OECD Indicators**. Country-specific highlights. Brazil. November, 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/brazil/Education-at-a-glance-2015-Brazil-in-Portuguese.pdf>.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

REY, Fernando G. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 24, p. 155-179, jun. 2007.

ROWBOTHAM, Sheila. Lo malo del patriarcado. In: SAMUEL, Raphael. (Ed.). **Historia popular y teoría socialista**. Barcelona: Crítica, 1984, p. 248-256.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

STANDING, Guy. Global feminization through flexible work. **World Development**, Amsterdam, v. 17, n. 7, p. 1077-1095, jul. 1989.

Submissão em: 10 mar. 2023.

Aceite em: 30 jun. 2023.

i Lucília Regina de Souza Machado

Doutora e Mestra em Educação, graduada em Ciências Sociais, possui pós-doutorado em Sociologia do Trabalho, pelo Institut des Recherches sur les Sociétés Contemporaines - Iresco, em Paris, França. Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da UFMG. Integra, atualmente, o Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação - Nete (UFMG) .

E-mail: luciliamachado2014@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0275888830144512>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9029-3019>